

CPI – GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

08.05.2019

CPI – GESTÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

08.05.2019

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Gestão das Universidades Públicas, criada pelo ato 32/2019, com a finalidade de investigar irregularidades na gestão das universidades públicas do Estado, em especial quanto à utilização do repasse de verbas públicas a elas.

Registro a presença dos nobres deputados Carla Morando, nossa vice-presidente da CPI; este presidente, Wellington Moura; deputado Daniel José, deputado Professor Kenny, deputado Jorge Caruso, a deputada Leci Brandão, deputado Douglas Garcia e o deputado Barros Munhoz.

Não havendo a leitura da Ata da última reunião, por se tratar da primeira reunião desta CPI, então vamos entrar nos itens da pauta.

Item 1: Como eu sou presidente, quero passar o item dos requerimentos de minha autoria a deputada Carla Morando, vice-presidente, para que possa fazer a leitura desses itens, por gentileza.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Carla Morando.

* * *

A SRA. - PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Bom dia a todos. Bom dia, presidente. Item 1: requerimento da CPI nº 1 de 2019 de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, o convite ao Dr. Vahan Agopyan, reitor da USP, com o objetivo de prestar informações sobre a gestão das universidades públicas. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os

Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item 2: requerimento da CPI nº 2 de 2019 de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, o convite ao Dr. Marcelo Knobel, reitor da Unicamp, com o objetivo de prestar informações sobre a gestão das universidades públicas. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 3: requerimento da CPI nº 3 de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, o convite ao Dr. Sandro Roberto Valentini, reitor da Unesp, com o objetivo de prestar informações sobre a gestão das universidades públicas. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item 4: requerimento da CPI nº 4, de autoria Deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, o convite ao conselheiro Roque Citadini, presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com o objetivo de prestar informações sobre as principais irregularidades constatadas em relação ao ato de ingerência das universidades públicas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Barros Munhoz, é isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É, para discutir esse item.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, eu gostaria, antes de mais nada, de entender esse texto. O que quer dizer a “convocação do presidente Sr. Roque Citadini, presidente do Tribunal de Contas, com objetivo de prestar informações sobre as principais irregularidades constatadas em relação ao ato de ingerência das universidades públicas”.

Eu sinceramente não entendi o que quer dizer isso. Então eu gostaria que ou a presidente em exercício ou Vossa Excelência, que é o autor do requerimento, me esclarecesse o que quer dizer “em relação ao ato de ingerência das universidades públicas”.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Gostaria que o secretariado por gentileza me auxiliasse aqui, só passando uma informação aqui aos deputados que é de uma matéria. Essa matéria foi publicada, vou dar um exemplo para Vossa Excelência, dia 25 de abril de 2019, matéria recentemente feita na Unesp:

“Reitor anuncia acordo que vai ressarcir Unesp em 83 milhões. Após uma série de reuniões e exaustivas negociações envolvendo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e do Planejamento, a Unesp acertou com o governo do estado o ressarcimento dos valores correspondentes a folha de pagamento dos 644 servidores ativos que trabalham no Hospital das Clínicas de Botucatu, totalizando cerca de 83 milhões de reais”.

Resumindo, deputado Barros Munhoz, diz aqui: “Quando o Hospital das Clínicas de Botucatu se tornou uma autarquia estadual havia 1152 servidores ativos. Em fevereiro de 2019, esse número era de 644. O ressarcimento mensal acordado já foi iniciado do ponto de vista orçamentário e aguarda-se movimentação financeira”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu acho que. Pois não, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Posso dar continuidade?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois não.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado. Então eu acho, deputado, que aqui já mostra, na minha concepção, uma das ingerências das universidades. Como é que pode a universidade da Unesp estar pagando servidores ligados à Secretaria da Saúde? Então acho que a gente tem que averiguar e, sim, perguntar ao conselheiro do Tribunal de Contas como que estão os andamentos, não só disso que foi agora afirmado como também de tantas outras coisas de denúncias que apresentaram, de contas que a própria imprensa diz, através do Tribunal de Contas, que se encontram irregulares pelas universidades.

Então nada melhor do que a gente trazer o presidente do Tribunal de Contas aqui para trazer uma explanação. Eu acho que isso é importante para a CPI, ele trazer uma explanação e uma explicação de como se encontra tudo relacionado às universidades, para que os deputados possam estar a par, para que a gente possa dar o andamento dos trabalhos. Por gentileza, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Se V. Exa. me permite, se esse é o objetivo da convocação, o requerimento está mal formulado, porque aqui não fala o que V. Exa. está dizendo, o que deseja. Aqui fala que é objetivo – o objetivo – de prestar informações também sobre as irregularidades constatadas em relação ao ato de ingerência. Então, para ficar claro.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - O que V. Exa. propõe?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu vou pedir vista, para ficar mais claro e a gente pode ter a oportunidade, entender melhor, talvez até reformular, o.k.?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pedido de vista concedido a Vossa Excelência.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Até para aproveitar a questão do tempo, eu também concordo com o deputado Barros Munhoz, mas eu não sei também se o presidente Roque Citadini é a pessoa mais indicada para esclarecer.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu também concordo plenamente com isso. Concordo plenamente.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Acho que a gente poderia aproveitar esse requerimento e fazer um convite ao presidente Roque Citadini para que ele indique

alguém que possa, um técnico que tenha relatado pelo menos os últimos três anos de conta das universidades e que possa, de fato, esclarecer esses dados.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Eu acho que é o mais importante para nós, nós termos uma pessoa que se debruçou com relação às contas e possa aqui esmiuçar esses detalhes. Acho que a gente pode aproveitar esse requerimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sem dúvidas.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Com a permissão do deputado Barros Munhoz e de Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Concordo plenamente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu estou de acordo. Este Presidente está de acordo. Vossas Excelências querem fazer um requerimento ou querem alterar esse?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, a gente sugere uma alteração em conjunto.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Alteração.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Uma alteração depois, mas fica aprovado. Só uma alteração para que ele encaminhe quem de fato entende, quem de fato sabe da matéria.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Está bom. Perfeito. Então pedido de vista concedido ao deputado.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Não, não é pedido de vista concedido. A gente pleiteia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pedido de vista meu, não. O pedido de vista meu continuou, não é? Já foi aprovado, já.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Para fazer a mudança.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Não, eu pedi para. A minha sensação é que.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa. Nem entramos na... Você pediu vista?

(Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pedi vista.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Seja retirado o pedido de vista.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Seja retirado.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pediu vista. Não, vamos manter a vista.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Não, eu pedi para.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Para a gente alterar, deputado Barros Munhoz.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Alterar o objeto. Em vez de um ofício convidando o presidente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso eu concordo.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Então, e aproveitarmos esse mesmo requerimento que V. Exa. está pedindo vista. Vossa Excelência retira o pedido de vista, e a gente altera o objeto dele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E altera o objeto também.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Altera o objeto também.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Jorge Caruso, então, para que não surjam futuras, alguém falar aqui: “Ah, não foi redigido, não foi apresentado”, vamos conceder o pedido de vista, e na próxima nós já apresentamos um item.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Só me preocupa o seguinte: a próxima nós vamos aprovar. Até chegar no Tribunal, até o Tribunal mandar, o tempo vai passando. Talvez o que a gente precise para começar esta CPI sejam dados. Sejam dados das universidades, sejam dados do Tribunal de Contas.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu também concordo. Eu só acho que para deixar claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu posso dar a redação que eu acho correta agora.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - “Indicar pessoa para prestar esclarecimentos sobre eventuais irregularidades constatadas em relação às universidades de São Paulo”. Ponto.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mais especificamente a Unesp.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - As universidades públicas. Acho que são todas, as três.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Porque não pode apresentar só de uma, tem que apresentar das três.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito. Perfeitíssimo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então vamos lá. “Em observância ao plano de trabalho desta CPI”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB – “Solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, que seja indicada pelo presidente Roque Citadini, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pessoa indicada para prestar esclarecimentos e informações sobre eventuais irregularidades constatadas em relação às universidades públicas de São Paulo”.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Estão todos de acordo?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Poderia constar também, deputado Barros, a questão de “dos últimos cinco anos”?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito. Melhor ainda.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu gostaria até de propor que fosse dos últimos oito anos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está, perfeito. Tudo bem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Há um acordo com isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Há. Desde que haja uma limitação de tempo, está perfeito.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Então, dos últimos oito anos. Aí está no plano de trabalho que eu apresentei também, como está dito aí, e vocês podem acompanhar.

Então o item 4, seguindo a alteração do deputado Barros Munhoz, coloco em discussão.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Em votação.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa, é a deputada Carla que tem que... A gente se empolga aqui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vossa Excelência está ingerindo nas atribuições.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não tem problema.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa, deputada Carla Morando.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Em discussão a alteração sugerida pelo deputado Barros Munhoz. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os senhores que forem favoráveis permaneçam como se encontram.

Agora então votaremos o item 4, com a alteração do deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu voto a favor.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os senhores que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 5: requerimento da CPI nº 5 de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, o convite ao Dr. Henrique Meirelles, secretário de planejamento, com o objetivo de prestar informações sobre a arrecadação do ICMS, sua evolução histórica com o consequente repasse de receita pública para as universidades – onde eu peço vista deste item, Sr Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Vista concedida. Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Secundando o deputado Caruso, acho que também caberia que o secretário Meirelles indicasse – ao meu ver até a pessoa mais indicada é o coordenador da arrecadação tributária, porque, sinceramente, é uma coisa...

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito, concordo com Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu faria essa sugestão exatamente igual: ao invés de solicitar a vinda do secretário Meirelles...

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Que ele indicasse uma pessoa responsável.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sugerindo, se possível, o coordenador da arrecadação tributária, porque ele é quem cuida da arrecadação.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, assim, eu entendo que esse item é muito claro já publicamente que o repasse é de 9,57% do ICMS e a arrecadação é pública. Então por isso eu acho que não há muita necessidade nesse sentido.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então eu acho que prevalece. Desculpa.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom dia.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem. Quero registrar a presença da deputada Professora Bebel e da deputada Valeria Bolsonaro, também presente, porque eu não havia dito o nome de Vossa Excelência. A senhora terminou, deputada Carla?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pode.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então, com a palavra a deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não. Eu peguei andando algumas informações e também um pouco do que a deputada Carla fala, a grande discussão que se faz hoje nas universidades é o real montante que está chegando sobre esse 9,57, porque antes de tudo sai recursos para a habitação e vai retirando do cálculo de 9,57. Então é necessário apurar isso também. Deputado Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - E se por hora houvesse apenas um pedido da Secretaria da Fazenda para informar por ofício exatamente os valores repassados nos últimos cinco, oito anos? Exatamente o valor para cada uma das universidades. Com base em um número concreto, a partir daí a gente pode deliberar alguma outra coisa.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Se me permitir concluir, a razão por que pedi vista, deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sim, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É para que a gente não cometa nenhuma injustiça no sentido de que, “Ah, pega 9,57”, mas em cima de que número? Então, o valor real, é disso que eu estou falando. Muito obrigada, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Então eu retiro o pedido de vista, a gente faz essa modificação agora mesmo, da mesma maneira como no item 4.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então, enquanto nós votamos os outros itens, a sua assessoria pode fazer a alteração e a gente já redigita aqui.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Perfeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, só pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Um assunto da máxima importância. Eu solicito que o pessoal do cafezinho chegue dez minutos antes do início da sessão.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu estou pedindo ao secretariado para deixar informado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Em discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aprovado. Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Unanimidade.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Unanimidade. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Vamos lá. Continuando, item 6: requerimento da CPI nº 6 de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, à Universidade Estadual Paulista – Unesp, um relatório contábil e financeiro com precisão do livro Diário Geral com a devida Junta Comercial ou repartições encarregadas do registro do comércio dos últimos cinco – na verdade oito agora, fazendo a modificação também, Srs. Deputados, para oito anos – conforme dicotomia do artigo 32 da Constituição Estadual. Em discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Presidente, ao que me consta as universidades não estão obrigadas a ter esse livro registrado na Junta Comercial ou qualquer outro tipo de órgão de registro, porque elas não são entidades comerciais, elas são instituições públicas. Eu acho que o requerimento precisa ser melhor pensado, qual é a finalidade, qual é o livro, o real, porque as universidades não têm esses livros. Elas, diferente das.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - (Fala fora do microfone) - Qual seria a documentação correta?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso, qual seria a documentação correta? Então eu pediria vista, para dar tempo de reformular.

(Fala fora do microfone.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A mesma coisa, das três universidades, porque elas não têm esse livro. Não têm, não são entidades registradas em juntas comerciais ou similares.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso em uma semana a gente esclarece. É pedido de vista, simplesmente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Daniel José.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, está pedindo vista então para os itens 6, 7 e 8, é isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Exatamente.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Só um ponto aqui.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra, deputado Daniel.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, eu imagino que mesmo não sendo uma entidade comercial, na qual o relatório passe por essas instituições, mas o meu ponto é que devem existir relatórios contábeis financeiros dessas instituições.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas é isso que nós formularemos corretamente.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Desculpa, pela ordem. Isso é que a gente discutirá e formulará corretamente no requerimento.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Barros Munhoz, uma pergunta: elas não têm balanços contábeis?

(Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Olha, eu não sei exatamente o que elas têm.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Se elas têm balanços contábeis.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pelo que consta no requerimento, elas não têm. Vamos formular corretamente o requerimento. Acho que não tem problema, é uma semana só.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Para formular, o deputado pode pedir pedido de vista, independente...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É vista.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pedido de vista concedido. Aliás, desculpa, quem tem que falar isso é a deputada Carla Morando.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Vista concedida.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, agora ficou melhor.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - As mulheres são melhores falando.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Item 9.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu tinha pedido pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Aqui, itens 5, 6 e 7, deputado?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, 6, 7 e 8.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa, 6, 7 e 8.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputada Carla, eu tinha pedido antes pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Sim, sim, é verdade.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu acho que não foi registrado pela Mesa.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Como?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu tinha pedido pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Ela pediu pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu não ouvi então, deputada. Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu sou favorável ao pedido de vista, mas eu quero dizer o seguinte, que a questão referente a esses documentos, tem as Atas do Conselho Universitário. Então, de qualquer forma, eu acho que o pedido de vista nos dá mais clareza de como dar respostas a este ponto. Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então pedido de vista conjunta concedido a Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada, Wellington.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Passando agora para o item 9. Requerimento da CPI nº 9 de 2019, de autoria do Sr. Deputado Wellington

Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, à Universidade Estadual Paulista – Unesp: 1) relatório de todos os servidores inativos e ativos, informando seus respectivos vencimentos; 2) relatório especificado de todos os servidores inativos e ativos que recebem remuneração discriminando os acréscimos que ultrapassam o teto constitucional limitado ao salário do governador; e 3) indicar todos os funcionários que recebem remuneração acima do teto constitucional que não estão em gozo do direito adquirido.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Para pedir vista.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pedido de vista concedido a Vossa Excelência.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Ah, desculpa. É a deputada...

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não tem problema.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É a deputada Carla.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É que está na veia.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - A gente faz junto.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É a senhora que tem que deferir a vista, deputada Carla.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, deputado.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Gostaria de pedir vista conjunta desse item.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O.k., pedido de vista cedido. Item 10, requerimento da CPI nº 10 de 2019, de autoria do deputado Wellington Moura, que solicita nos termos regimentais, em observância ao plano de trabalho desta CPI, à Universidade Estadual de Campinas – Unicamp o relatório de todos os servidores inativos e ativos, informando seus respectivos vencimentos, relatório especificado de todos os servidores inativos e ativos que recebem remuneração discriminando os acréscimos que ultrapassam o teto constitucional limitado ao salário do governador, e indicar todos os funcionários que recebem remuneração acima do teto constitucional que não estão em gozo do direito adquirido.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Para pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pedido de vista cedido.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, Sra. Presidente. Eu gostaria de.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu gostaria só, eu pedi pela ordem primeiro, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por favor.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu gostaria de até pedir uma informação, uma explicação da deputada Bebel, que eu acredito que também vai seguir a mesma linha do item 11, de pedir também vista em relação à informação que é o maior objetivo desta CPI, de saber quem são os servidores inativos e ativos, os seus respectivos vencimentos, quanto ganham; o relatório de todos os servidores para a gente saber quantos servidores existem realmente nessas universidades que recebem remuneração até em relação ao teto constitucional. Então gostaria de ouvir de Vossa Excelência.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - De ouvir, e eu respondo, Sr. Presidente. Porque eu entendo que o relatório não pode se ater somente aos salários, aos funcionários. Eu acho que ele tem que ser mais abrangente do ponto de vista de que vai recurso para as universidades e, enfim, a gente tem que saber, e é isso que eu acho que é esta CPI, por isso ela está composta, quer saber em que foi gasto.

Mas não é só com um olhar sobre o funcionário, sobre o professor, sobre o papel. Não, não é sobre isso, mas sobre os bens patrimoniais, sobre todas essas questões que envolvem a universidade.

Por isso, pode ver que o pedido de vista é coerente com o anterior. Não faria sentido eu pedir vista aqui, aliás, ter pedido no anterior e não pedir nesse ponto também, Sr. Presidente.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Posso.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É um aprimoramento daquilo que a gente quer.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então eu gostaria de sugerir.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sugerir a V. Exa. que, ao invés de pedir vista, V. Exa. pode fazer um requerimento, onde V. Exa. peça o que gostaria que seja colocado também junto aos pedidos feitos às universidades.

Acredito que agora nós estamos em um momento, deputada, que é para se observar o que está acontecendo, de saber o que está – essas são umas das primeiras prioridades desta CPI, em relação ao teto.

Se V. Exa. gostaria de fazer um novo pedido, de acrescentar, faça um novo pedido, acho que vai dar andamento aos trabalhos. O que a gente não pode é ver os trabalhos paralisados, principalmente coisas que os deputados querem saber, que a população quer saber: qual é realmente o salário dos funcionários.

Agora, patrimonial, concordo com Vossa Excelência. Todos esse itens e questões que V. Exa. colocou, eu acho superpertinentes nós também apresentarmos, mas que V. Exa. possa apresentar em outro requerimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso fazer um aparte, deputado?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu pedi para a deputada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Desculpa.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu gostaria de sugerir também a deputada Bebel sobre também essa questão de deixar esses três itens, na verdade a todos os deputados que pediram vista dos itens 9, 10 e 11, para que se mantenha e se faça um adendo, como nos outros itens que a gente acabou fazendo a modificação já no momento, até porque a gente tem várias matérias que saíram recentemente aqui no jornal, na Globo.com, do dia 22/02/ 2019: “Tribunal de Contas determina que USP, Unesp e Unicamp expliquem supersalários”.

Também nós temos aqui uma representação, uma medida cautelar para devolução desses salários recebidos acima do teto que chegam a um prejuízo ao erário de 1 milhão, 964 mil e 292 reais e 74 centavos, que é muito alto. Eu acho que a gente precisa ter esses dados, além de todos esses outros que foram colocados pelos

deputados, mas não que a gente deixe que isso fique em pedido de vista e não prossiga, para que a gente tenha mais tempo para trabalhar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Deputada Bebel, me daria um aparte?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu acho que estava bem ponderado que a gente deve deixar os itens 9, 10 e 11 como se encontram, e que V. Exa. faça esse requerimento, que é pertinente e é oportuno, sugerindo aquelas outras coisas que V. Exa. sugeriu, deputada Bebel.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então, já que se falou em dados.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E libera a vista desses três.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu passaria alguns dados também. Por isso eu não quero ver a questão somente do ponto de vista do que recebeu, mas produziu ou não produziu.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas nós não estamos entrando na discussão ainda.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Passa para outro item.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só requerimentos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Mas é que a deputada Carla tocou em dados. Eu acho que é importante a gente também tocar em dados.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas é que não estamos em discussão disso ainda. Precisamos só liberar os pedidos de informação.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero acatar, mas eu também quero dizer algumas coisas, pode ser assim?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pode, V. Exa. tem o tempo regimental para poder falar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É por isso, é por essa questão. Veja bem, nós tivemos uma expansão das universidades paulistas, que em 1995 tinham 19618 alunos matriculados. Em 2017 pulou para 37997 alunos matriculados. Teve 93,68% de ampliação, de expansão.

No tocante aos docentes, em 1995, 3497 alunos matriculados, 3389 docentes. Diminuiu o número de docentes, mas teve mais alunos atendidos, houve mais atendimento de alunos.

Então, quer dizer, o número de técnicos administrativos tinha, pego como base 1995, 7918; em 2017, 5986 – diminuiu 24,4% o número de técnicos administrativos na Unesp. Unicamp em 1995: 9992; depois, 2017: 19869 alunos matriculados – 98,8% de ampliação, de expansão de atendimento. Agora vamos para os docentes: 2259 docentes em 1995 para 2155 – uma diminuição de 4,6%. E técnicos administrativos menos 10%, nem vou falar número aqui, só para ir mais rápido. É que eu estou falando das três.

USP: 33479 alunos na graduação, 58957, sendo 76,10% de variação, ou seja, de ampliação. Docentes: 5056, 5631, e aqui amplia para 11,37%. Número de técnicos administrativos: 15105, 13713, portanto, menos 9,21%.

O que a gente observa nesse quadro? É o quadro que está tratando aqui de corpo docente, de pessoal, folha de pagamento. Então nós temos que analisar isto. Está certo, vou fazer o requerimento conforme aqui me fora orientado tanto pelo Sr. Presidente como o deputado Barros Munhoz e a deputada Carla – eu deixei, porque nós somos mulheres e a gente fala por último. Obrigada.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, deputado. Ah, acho que ela tinha pedido primeiro. Pela ordem, deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Obrigada. Bom dia a todos. Eu só queria colocar que eu acho que, mais importante do que tudo que a nossa nobre deputada Bebel acabou de falar, é, por exemplo, o Portal da Transparência da Unicamp, que é onde eu estou próxima, é muito claro: nós temos 50 funcionários com salários acima de 45 mil reais. Eu gostaria de saber, eu acho que é para isso que eu entrei nesta CPI, por que esses funcionários têm esses salários?

Então a coisa é muito mais simples, muito mais prática e por isso que eu acho importante esses três últimos itens que aqui estamos discutindo, para que seja levantado exatamente isto: o que esses funcionários fazem? Quais são os critérios que são usados para que esses funcionários tenham esses salários?

Nós temos, por exemplo, em Campinas, uma funcionária que trabalha na Reitoria que ganha 70 mil. Então eu gostaria de saber que trabalho maravilhoso é esse que ela faz, porque realmente é algo a ser estudado pela Nasa, porque uma pessoa que tem um pagamento desse não pode ser substituído o trabalho dela? Até porque essa pessoa já é aposentada e está sendo recontratada.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Presidente.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Vamos colocar assim. Quer dizer, então é esse tipo de coisa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Esse tipo de estudo que nós precisamos fazer, afinal de contas, nas nossas universidades mais de 90% dos seus encargos estão na folha de pagamento. As universidades não conseguem ter dinheiro para nada, porque tudo é para a folha de pagamento. E nem para professor é.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. É por uma questão regimental sobre o andamento da nossa reunião.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem. Tudo bem para...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu acho que nós entramos em discussão, mas nós não estamos nesse momento ainda. Vamos ter bastante oportunidades, vamos explicar, vamos trazer os documentos.

O que nós estamos aqui é o seguinte, é votar sim ou não ou pedir vista. É simplesmente isso, votar sim ou não. E já está definida a questão, eu acho.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado, eu gostaria só de deixar claro.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, deputado Daniel José.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Um minutinho, deputada Carla. Só para deixar claro que todos os deputados que são membros da CPI ou os que não são membros podem trazer a sua expressão do que acha e do que pensa, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sem dúvida.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deixar claro, concordo com Vossa Excelência, não é o momento, mas eu não posso proibir a deputada de deixar...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas nem eu. Eu acho até que ela tem subsídios interessantes. Só estou querendo dar um ordenamento para esclarecer a situação, porque nós vamos ter bastante oportunidade de discutir.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, deputado Daniel José.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Só fazer uma observação e dizer que eu concordo com o ponto de vista da Professora Bebel, que é muito importante trazer junto com todos os dados que já estão aqui escritos sobre os vencimentos de cada um dos funcionários, também o relatório de produtividade deles, o quanto que estão dando de aula a mais, quanto que eles estão produzindo academicamente.

Então tudo isso, uma coisa tem que conversar com a outra. E se os critérios que a deputada Bebel for escolher para produtividade, dependendo, a gente pode conversar depois para ver quais outros que a gente pode colocar também, a pontuação acadêmica é muito importante, tempo de aulas dadas também me parece bastante importante.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A carreira.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - O desenho das carreiras também parece bastante importante.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem. Só um minutinho, porque agora está inscrita a Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu vou retirar inscrição, pelo bom andamento do trabalho. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Não, era só para registrar que eu concordo plenamente com o deputado Barros, porque me parece que aqui há uma série de convites, as pessoas virão aqui, reitores, enfim. Então a gente está aqui falando de coisas que deverão ser faladas quando as pessoas vierem, porque senão vai começar a esvaziar essa CPI, porque já estão falando tudo antes. Eles vão chegar aqui e não têm nem o que explicar. Apenas isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Vossa Excelência colocou a questão no ritmo certo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Aprovado? Podemos continuar?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, registrar a presença do deputado Paulo Fiorino, que se encontra presente também.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Só para deixar claro aqui, os itens 9, 10 e 11.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Fiorilo. Desculpa, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, o senhor está desculpado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Os itens 9, 10 e 11 foram retirados os pedidos de vista, então?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu vou apresentar o requerimento com ampliação de informações, é isso?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Isso, perfeitamente. Obrigado, deputada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Esses ficam assim. Ela vai apresentar um novo. Esses estão mantidos.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Esses estão mantidos?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Estão mantidos.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Estão mantidos os pedidos de vista?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não, de vista, não.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - A senhora está retirando e vai reapresentar?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Se me permitir. Obrigada, deputado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Esses aqui então estão aprovados?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu também tenho um pedido de vista para o item 9 e eu retiro também.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É isso, eu fiz o pedido de vista, concorda? Foi ponderado, vamos só, foi ponderado que eu fizesse um requerimento pedindo informações outras com relação ao que está aqui. Então é isso que eu vou fazer com a assessoria. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Só para colocar na ordem. Em discussão, os itens 9, 10 e 11. Em discussão. Não havendo oradores

inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovados. Então passamos agora para o item 12.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O item 12.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sim, agora pode pela sua palavra, porque pode ser por você agora, Presidente.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputada. Item 12: requerimento dessa CPI nº 12 de 2019, de autoria do Sr. Deputado Barros Munhoz, que solicita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações sobre as diárias pagas a alguns servidores de alto escalão da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp e Universidade de São Paulo – USP, tal como foi veiculado pela grande imprensa e questionado por aquele Tribunal de Contas. Em discussão.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, quem pediu pela ordem?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - O Fiorino.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem. Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Fazer uma sugestão, se o deputado Barros me permitir e se os membros da Comissão concordarem. O deputado está pedindo informações sobre viagens ou gastos com viagens. Se era possível adendar, deputado, pedindo que o Tribunal de Contas encaminhasse para a CPI toda a análise feita das universidades estaduais com relação aos seus balanços, suas contas e assim por diante, porque eu não vi no escopo dos pedidos isso e o Tribunal de Contas deve ter já um estudo apurado sobre essas questões. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Gostaria de fazer uma sugestão, deputado Paulo, que V. Exa. pudesse apresentar um requerimento pedindo essas informações.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Posso, não tem nenhum problema. Mas como ele já está pedindo ao Tribunal, era só adendar ao requerimento dele, se for possível. Só isso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É que isso já, desculpa, presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Desculpa, é que isso já consta nos itens 6, 7 e 8.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - É que o Paulo chegou agora.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É que esse é específico sobre diárias. Os outros já estão no itens 6, 7 e 8.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Esse item 12 poderia acrescentar a Unicamp também?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, a Unicamp não foi noticiada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Não foi noticiada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só vou pedir informações ao Tribunal dos que foram noticiados.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Mas mesmo assim acho que seria importante.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Acho que seria uma outra, porque sai fora do escopo desse meu requerimento. Esse é em relação à notícia da imprensa.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Então eu teria que fazer um novo requerimento?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Um novo requerimento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, deputada, porque foge do escopo do pedido. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pelo ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Só para precisar que, quando foram votados os itens anteriores, eu não estava aqui. Mas, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois não.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – Parece-me que o aditamento dos requerimentos anteriores é para que venham os relatores das contas dos últimos oito anos. Perfeito? Do Tribunal de Contas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Então, é que vocês estão pedindo para virem os relatores. A minha sugestão é que trouxessem os relatórios aprovados.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não, mas eles estão vindo aqui para responder os relatórios.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Não, eu entendi. O senhor está pedindo para os relatores virem, mas eu estou pedindo para adendar que enviem os documentos, para que a gente tenha já os documentos. Só isso, era o detalhe.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está bom.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Item número 13, requerimento CPI número 13 de 2019, de autoria do Sr. Deputado Barros Munhoz, que solicita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito informações acerca dos contratos das universidades paulistas nos últimos dez anos, bem como informe: 1) Há contratos julgados irregulares no período? 2) Em caso afirmativo, sugiro que envie o relatório a este órgão técnico. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Só com relação ao texto desse requerimento, a questão é – eu não sei se eu cometo algum erro na fala – o Tribunal de Contas auditou tudo ou fez por amostragem? Porque me parece também que seria prudente, se nós queremos saber o relatório.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Quem fez o pedido foi deputado Barros Munhoz.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Não, se o Tribunal não auditou tudo, em tese ele não tem todos os contratos. Quem detém os contratos são cada uma das universidades. Então, eu sou favorável ao requerimento, mas com um adendo: para que seja oficiado a cada um dos senhores reitores para que eles também encaminhem cópias dos respectivos contratos em andamento dos últimos anos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, dos contratos não. Dá licença, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só para esclarecer o escopo disso. Então vai para a imprensa e tal, tem coisa irregular, tem isso, tem aquilo, mas quem fiscaliza as contas das universidades é o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, como órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Pela Constituição do Estado, cabe à Assembleia analisar.

Então a minha pergunta aqui é muito específica: há contratos julgados, ou melhor dizendo.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - A preocupação é se há irregularidades.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Exatamente. E, se houve, apontá-las.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pelo texto do requerimento aqui, está dizendo o seguinte: “Preste informações a cerca dos contratos das universidades”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Se há julgadas irregularidades no período.

O SR. JORGE CARUSO - MDB – “Bem como informe.”

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, se “Há contratos”, ah, “Bem como informe”, realmente a redação não está boa.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.
Pela ordem.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Eu pensei que estavam sendo solicitados os contratos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Só um minuto. Deputada Bebel, só um minuto, que eu já dou a palavra. Já encerraram aí? Acho que é importante, só para que passe a palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, posso até mudar a redação já.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - A dúvida é a se nós vamos buscar todos os contratos ou se nós vamos buscar apenas informações dos contratos irregulares.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, é só dizer o seguinte: “Informações, ou informação se há contrato julgado irregular nesse período”. Ponto. “Encaminhe a esta Comissão informações se há contrato de alguma delas julgado irregular nos últimos dez anos”. Ponto.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu gostaria de propor, deputado.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Que também fosse inserido – estou com a palavra, desculpa. Estou com a palavra, Carla.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - (Fala fora do microfone) - Eu não, agora é ele.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É ele? Desculpa. Uma hora você é presidente, outra hora é ele, mas tudo bem. Eu gostaria de propor o seguinte, também os balanços, porque também quando você diz que é irregular, você já também... Primeiro voltando no termo anterior, os “contratos irregulares”. Então essa CPI já está dizendo que é irregular, é isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. O pedido de informação é se há ou não, e, se houver, para enviar. Eu vou.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Porque também, se tiver problema, eu vou fazer um requerimento pedindo os balanços. É isso o que eu vou fazer.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB – Vossa Excelência pode fazer também, não há problema nenhum.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tudo bem? Então eu faço um pedido dos balanços.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso alterar a redação do meu agora?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, deputado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pode.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ficaria assim então: “Solicita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que informe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito se há contrato julgado irregular das universidades públicas de São Paulo no período dos últimos dez anos”. Ponto. “Em caso afirmativo.”

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pode ser nos oito anos, para nós seguirmos a linha?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pode ser nos oito. “E, em caso afirmativo, solicito o envio dos relatórios considerados irregulares a esse órgão técnico”. Aí fica uma redação clara.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então, reformulando o pedido do deputado Barros Munhoz: “Solicita ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito se há contratos julgados irregulares nas universidades paulistas nos últimos oito anos, bem como no informe” – não, não, desculpe –, “nos últimos oito anos. E, em caso afirmativo, sugiro o envio de relatório de irregularidades a este órgão técnico”.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então ponho em discussão a alteração do item 13. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 13, em discussão.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado, há uma pendência.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pediu alteração.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Há uma pendência neste item do deputado Barros Munhoz. Eu fiz sugestão que pusessem os balanços também. Mas aí eu quero fazer um requerimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso, faz um novo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Isso, Vossa Excelência. Perfeito.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito, está registrado. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o item 13.

Passo novamente a deputada Carla Morando.

* * *

- Assume a Presidência a Sra. Carla Morando.

* * *

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Item 14: requerimento da CPI nº 14 de 2019, de autoria do deputado Wellington Moura, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar irregularidades da gestão das universidades públicas do estado de São Paulo, em especial quanto à utilização de verbas públicas repassadas a elas, por mais de 60 dias.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB – “Por mais 60 dias”, desculpa.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero pedir vista.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pedido de vista concedido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Olha, eu acho que nós podemos votar esse item. Sinceramente...

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem. É, eu também não vejo por quê.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Olha, deputado, eu vou até deixar transparente para vocês, isso aqui é o que eu já recebi até agora só de denúncia – pelo menos no meu gabinete – foi o que eu recebi.

Eu imagino até o fim desta CPI diante depois do relato do Tribunal de Contas, do Ministério Público, dos próprios reitores, o que eles vão falar e o que podem se contradizer – falei certo, professora? Está bom. Eu acho que a gente, vai faltar tempo para essa CPI, os 180 dias.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas aí, na oportunidade, a gente apresenta o requerimento e pode suspender, pode prorrogar tranquilamente. Eu acho muito prematuro fazer isso agora. Muito prematuro, sinceramente.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então eu sigo então.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Há o pedido de vista, não tem problema. Qualquer coisa a gente vai (inaudível).

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - A deputada fez o pedido de vista. Então está bom. Pedido de visita concedido.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Próximo, item 15: requerimento CPI nº 15 de 2019, de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita ao Exmo. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos termos regimentais que sejam indicados todos os contratos terceirizados que se encontram irregulares e que já tenham sido rescindidos, bem como os que se encontram em vigor junto às universidades USP, Unicamp e Unesp para prestar informações nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Em discussão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu gostaria de discutir.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Está com a palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, estando com a palavra, eu acho que a gente precisa atentar para o seguinte, nós não podemos fazer parecer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito seja um caça às bruxas, até porque eu acho que seria profundamente injusto com a história dessas instituições. Tudo bem, é nossa missão, é nossa função. Se tiver alguma irregularidade, vamos apurar, ninguém quer esconder absolutamente nada.

Eu estudei e tenho grande honra de ter estudado na USP, Faculdade de Direito do Largo São Francisco, e eu tenho o maior respeito por essa instituição. Eu conheci inúmeras falhas que a faculdade tinha desde o meu tempo, acredito que agora tenha tanto ou mais ou menos do que naquela época. Mas eu tenho uma cautela muito grande. A gente não pode querer parecer que está tudo errado, que está tudo irregular, que é uma bagunça, entendeu? Nós temos que respeitar as nossas instituições, são tão poucas aquelas do Brasil que funcionam a ponto de nos dar orgulho, e as nossas universidades de São Paulo nos dão orgulho, com todas as falhas que possam ter.

Nós temos que ter respeito por elas, pelos seus reitores, pelos seus dirigentes, pelos seus professores, pelos seus alunos. Então eu acho que fica um pouco contundente demais. Vejam bem, é função do Tribunal de Contas. A Constituição manda – deputado Caruso, não é isso? – que a Assembleia fiscalize as instituições e diz que tem que ser essa fiscalização por intermédio do seu órgão auxiliar, que é o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Ele é obrigado a enviar para a Assembleia tudo que acha irregular. Eles fazem um auto lá, um processo, e vem para cá.

Eu me lembro, deputada Leci, deputada Bolsonaro, quando assumi a Presidência da Assembleia tinha dois mil processos – nosso querido procurador se lembra disso –, dois mil processos parados, porque vinham para cá do Tribunal de Contas e a Assembleia não fazia nada – você lembra disso, deputado Caruso. Então nós pusemos para andar, porque até trazer para o plenário isso, vocês imaginam o plenário hoje como já é difícil votar um projeto – aliás, acho que nesta legislatura só votamos um. Dois? O do agrotóxico e qual outro? Ah, e o do fundo, dois projetos até agora. Imagine se fosse votar cada parecer do Tribunal de Contas. Então ia acumulando, tinha processo lá de dez anos.

Então isso foi atualizado, vai para a comissão competente. Valorizamos a comissão e ela julga o julgamento, porque não é um julgamento o que o Tribunal faz, é um parecer que ele emite e vem para a Casa, e quem julga é a Casa. Se nós tivermos que pedir alguma informação dessas, é a Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor me permite um aparte.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Permito, pois não.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Para mim foi excelente isso que o senhor disse, Vossa Excelência, o que a V. Exa. disse. Existe uma lei, 4595 de 2018, e por isso que eu apresentei esse requerimento – acredito que depois que eu falar V. Exa. possa concordar com esse meu pedido.

O artigo 3º desta lei diz assim, que “as empresas estatais ficam obrigadas a encaminhar à Comissão de Fiscalização e Controle em até 30 dias antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária os documentos e informações relacionados a seguir: relatório da administração sobre os negócios sociais; os principais fatos administrativos do exercício social findo; cópia das demonstrações financeiras acompanhada do respectivo parecer dos auditores independentes, se for o caso; suas políticas e diretrizes, notadamente seus programas de investimento e forma de captação de recursos para sua consecução; seus projetos de expansão, de modernização e de diversificação, inclusive a criação de subsidiárias; informação sobre grau de endividamento das empresas e sobre sua estrutura patrimonial; informações sobre suas políticas de pessoas, salarial e de distribuição de resultados; suas políticas de preços e tarifas; suas políticas de importação e exportação; seus projetos de associação com outras empresas nacionais e estrangeiras; informação sobre aquisição, desenvolvimento e transferência de tecnologia, bem como outras informações que venham a ser solicitadas”.

Tudo isso ela tem que apresentar na Comissão de Fiscalização e Controle, da qual eu também sou membro, deputado Barros Munhoz. Eu pedi à Comissão de Fiscalização e Controle semana passada todos os anos que as universidades têm enviado a essa Comissão, que V. Exa. mesmo citou, os requerimentos, todos esses pedidos. Sabe quando elas apresentaram?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nenhum.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Nunca.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nunca, sabe por quê?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Nunca.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Nunca, mas sabe por quê? Eu posso explicar?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Nunca, aliás, se eu falar nunca, eu estaria sendo errado. Em 2015 elas apresentaram o de 2006, a Unesp. Em 2012 elas apresentaram o de 2008, e isso porque foi cobrado naquela época – quem foi o presidente, que eu nem sei?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas eu quero explicar para o senhor por que ninguém mandou. Eu quero explicar.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desde – só um minutinho, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Para não tomar mais tempo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Em 2014.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Universidade não é empresa, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Vamos lá, deputado. Excelente, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor está falando de uma lei errada. O senhor está falando de uma lei que não se aplica às universidades, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Se aplica, sim, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não se aplica.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Artigo 7.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não se aplica, deputado. Não se aplica. É um absurdo o que o senhor está falando. O que se aplica às universidades é a Constituição do Estado de São Paulo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Artigo 7, está aqui na lei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não se aplica, deputado. A lei o senhor não está sabendo ler. É para empresas.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Os manifestantes, por favor. Senão serão retirados.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Está aqui. Em 2000...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não se aplica.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu peço.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Universidade não é empresa.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pedimos a ordem aqui.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aliás, é pena que V. Exa. não saiba disso.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - (Fala fora do microfone) - Mas eles não param de gritar.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então V. Exa. vai descobrir durante a CPI.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - CPI não vai mudar a Constituição de São Paulo e nem o regimento da Assembleia.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Vai ser no grito, deputado?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Deputado Barros.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor quer ir no grito? A gente grita também. Eu sei gritar, deputado Barros.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu não comecei a gritar.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor está nervoso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, eu estou calmo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Tanto nervosismo aí. Não pareceu, não.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Posso pedir um minutinho só?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É porque me revolta esse tipo de comportamento.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Deputado Munhoz.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu só quero saber por que eles não apresentaram.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu vou pedir um minutinho só.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Por isso, porque eles não são obrigados.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - De 2014 em diante eles não apresentaram mais nada na Fiscalização e Controle.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Porque se esclareceu.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Tem que apresentar, deputado. Tem que deixar claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não cabe isso. O requerimento é absurdo. É absurdo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, deputado.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Deputado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu peço que quem está presente, por gentileza, mantenha.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Quem está pedindo pela ordem? Deputado Douglas.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, é com muita honra que eu assumo a suplência da CPI da gestão das universidades públicas. Gostaria de parabenizar a eleição de V. Exa. Na última reunião da CPI eu não pude estar presente.

Com todo o respeito que eu tenho ao deputado Barros Munhoz, sei que V. Exa. presidiu esta Casa, esta Assembleia Legislativa. Com todo respeito que eu tenho pela

história que o senhor tem aqui na Assembleia Legislativa, mas permita-me discordar veementemente de Vossa Excelência. As universidades paulistas, principalmente a Universidade de São Paulo, têm sido uma vergonha para o povo brasileiro e para a população do estado de São Paulo. Uma verdadeira vergonha e eu vou dizer por quê.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu solicito mais uma vez que os manifestantes.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Eu vou dizer o porquê.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Só um minutinho, deputado, eu vou observar o seu tempo. Eu pediria para que os manifestantes, as pessoas que vieram aqui para se manifestar, por gentileza, após a fala dos deputados vocês podem se manifestar. Durante a fala eu pediria, por gentileza, que vocês mantivessem a calma em ouvir o deputado.

Se isso não acontecer diante da desordem, eu vou pedir para que a Polícia Militar possa retirar. Não é o que eu quero fazer, mas, se vocês continuarem com esse comportamento, será assim.

Por gentileza, deputado Douglas.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - A falta.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Eu estou com a palavra, deputada Bebel. Espere a sua vez. A falta de fiscalização e a falta de controle.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só um minutinho. Eu não estava com palavra?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Agora é ele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu estava discutindo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Já tinha passado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ninguém me pediu aparte.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Ele pediu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ninguém me pediu.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Eu pedi pela ordem, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu estava com a palavra.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu pedi aparte.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu dei aparte a Vossa Excelência.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas eu não terminei a minha palavra. Eu não terminei a minha fala. Ele pode terminar, mas eu quero mais um tempo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu dou o tempo para Vossa Excelência. Não há problema nenhum.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - A falta – muito obrigado, deputado Barros Munhoz – de fiscalização e a falta de controle nas universidades estaduais levaram ao ponto de libertinagem total das universidades paulistas, ao ponto de a Universidade de São Paulo chegar a fazer oficina de órgão reprodutor feminino. Se eu falar aqui, eu não consigo falar, porque o decoro não me permite. Abrem a universidade para poder fazer curso – coisa completamente abstrata –, curso sobre fascismo,

colocando o presidente da República como se fosse um objeto do fascismo a ser combatido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eh, meu Deus.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - É esse tipo de libertinagem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Começou a campanha eleitoral 2022.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Não começou campanha. O senhor acabou de fazer uma campanha eleitoral aqui dentro desta CPI. Começou a gritar sem necessidade nenhuma.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Para de gritar.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Começou a gritar sem necessidade nenhuma.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu pediria a ordem.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - As universidades estão uma vergonha. É para ter controle, sim.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu pediria calma.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É o gritadorzinho da Assembleia.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Por favor.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - O deputado não se controla e eu tenho que me controlar.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Douglas Garcia.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Respeite o meu tempo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É o gritadorzinho da Assembleia.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Douglas Garcia, como eu pediria ao deputado Barros Munhoz, por gentileza.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - E eu, continuando aqui o tempo, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Solicitei informação para o reitor da Universidade de São Paulo a respeito do que vem acontecendo na USP, sobre os gastos que vêm acontecendo na USP e abertura da universidade para esse tipo de chafurdaria que estão fazendo lá dentro. Requerimento de informações em 30 dias, no último dia, para que ele não venha corresponder em crime de responsabilidade, ele me respondeu.

Eu perguntei quanto tem sido o gasto para que os ditos estudantes, que para mim são militantes políticos, têm utilizado na Universidade de São Paulo. Ele respondeu “Gasto nenhum”. Quer dizer então, a USP arrecada ICMS, a gente passa o ICMS para a Universidade de São Paulo para eles utilizarem – não tem gasto com água, não tem gasto com recurso material, não tem gasto com luz, não tem o espaço lá –, para eles utilizarem a Universidade de São Paulo para promover essas porcarias de eventos.

Então, a CPI das Universidades Públicas é necessária, uma vez que ainda essa semana nós tivemos aí durante uma audiência pública uma deputada desta Casa aqui que é professora dizendo que faz parte da coordenação da CUT – Central Única dos Trabalhadores. Então nós queremos saber qual a relação que o magistério tem, principalmente na gestão dessas universidades e os sindicatos também, com essas militâncias que tomaram conta das universidades e que têm utilizado o aparato estatal para ficar promovendo a sua agenda política.

É necessária, sim, esta CPI da Gestão das Universidades Públicas. A USP tem sido uma vergonha, a Unicamp uma vergonha maior ainda e a Unesp segue na mesma

linha. Então, parablenzo aí o trabalho de V. Exa. e eu digo mais: esta CPI tem que continuar por muito mais tempo, não apenas o tempo que foi predeterminado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Deputado, já deu o tempo.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Porque o tempo que nós temos para relacionar a quantidade de denúncias que nós estamos recebendo – não é pouca –, de alunos principalmente. Eu tenho recebido denúncias de estudantes. Então esta CPI é necessária e eu parablenzo V. Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo aqui dentro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Devolvendo agora. Por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, o senhor me.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Por favor, senhores, eu peço um minutinho, por favor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor me retorna a palavra?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Para que a gente possa prosseguir com os trabalhos, quero devolver agora o aparte para o deputado Barros, que estava com a palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu gostaria, nobre presidente, que V. Exa. consultasse o Dr. Beneton aqui, que é da Procuradoria da Assembleia Legislativa, para que ele esclareça esse erro absurdo que está se cometendo aqui, de se querer adaptar uma lei de empresas às nossas queridas e respeitáveis universidades de São Paulo. Eu gostaria que fizesse isso, porque a Procuradoria está aqui para isso, ela esclarece essa dúvida. Porque está se utilizando, está se fazendo pedidos com base em uma lei que não se aplica às universidades. Ela é explícita, é clara, não fala nem de fundações. Ela se

aplica a empresas. Não tem cabimento. Nós estamos querendo colocar uma lei acima da Constituição do Estado. Eu pergunto, tem procuradores aqui.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor me permite.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, eu não dou.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Concede um aparte?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Como é o deputado Caruso, eu concedo.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Deputado Munhoz, eu entendi a fundamentação do deputado Wellington, mas eu acho que me parece nesse momento que é meio inócuo se é válida ou não a lei, me parece isso. E eu entendo a sua preocupação com relação à discussão, no sentido de não transformar a CPI num novo órgão auditor das universidades.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Exatamente.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Considerando que o requerimento do deputado Wellington Moura versa somente aos contratos que eventualmente tenham sido constatadas irregularidades, já julgadas pelo Tribunal ou não, são informações importantes. E V. Exa. está certo, são informações que vêm para a Comissão de Fiscalização e Controle e que na maior parte das vezes passam despercebidas, ou, quando nós as julgamos, a gente julga encaminhando ao Ministério Público para providências.

Talvez, em função de tantas informações que vêm para esta CPI, seja importante para nós sabermos quais contratos eventualmente estão com problemas. Talvez vão de encontro às denúncias que os deputados. Eu gostaria de pedir a V. Exa. para que a gente interprete esse pedido apenas para que facilite os trabalhos da CPI, e não – concordo com V. Exa. –, que a gente faça disso uma auditoria das universidades.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu vou encerrar a minha manifestação dizendo o seguinte, como diria um velho político que gostava de falar bonito – ele não

sabia, mas sabia alguma coisa: “Pasmem, senhores e senhoras”. Nós estamos pedindo para o Tribunal uma coisa que cabe a uma comissão desta Casa informar. Se mudar o pedido para a Comissão de Fiscalização e Orçamento, da qual V. Exa. foi presidente e que julgava esses contratos, eu concordo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então V. Exa. está enganado, eu não fui presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, não, o senhor foi membro, desculpa. É que o senhor merecia ter sido presidente, por isso que eu me enganei.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Com toda a sabedoria, teria que ter sido Vossa Excelência.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Vossa Excelência foi de outra tão importante ou mais, por isso que foi a minha confusão, mas o senhor foi membro. Se mudar os termos para pedir para a Comissão de Fiscalização e Orçamento, eu concordo, porque é ela que tem esses documentos.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Deputado Barros Munhoz

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Agora, senão, eu vou fazer o seguinte, para encurtar o assunto: eu vou pedir vista, já que o senhor não quer consultar o procurador – o senhor, não, a senhora Dra. Carla Precisa consultar o procurador, eu estou pedindo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Olha ele lá. A senhora pode consultá-lo?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Claro.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está bom. Então, por favor.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Deputado Barros Munhoz, só lembrar, fazendo uma defesa da Comissão: “Sejam indicados contratos que encontram irregularidades, que já tenham sido rescindidos ou não”. Não necessariamente a Comissão de Fiscalização e Controle já tem esses contratos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas se foi julgado ou se foi eu rescindido, é lógico que tem – aliás, para ser rescindido precisa de manifestação da Comissão de Fiscalização e Orçamento da Assembleia.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - “Foram rescindidos, bem como os que se encontram em vigor”, está aqui no requerimento.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então faz um outro requerimento, por isso que eu vou pedir vista. Aliás, já fica feito o meu pedido de vista, porque não tem cabimento, o requerimento é absurdo.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pedido de vista cedido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu quero que a senhora ouça o Dr. Beneton.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Sim, eu já marquei.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não. Agora.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Agora?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sim, ele está aí.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Agora, só um minutinho, agora é a vez da deputada Bebel.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só para encerrar essa questão.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Só uma questão de informação. Eu queria saber se a deputada foi eleita por Vossa Excelência., a Carla Morando, para fazer o que o senhor pede?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ela não está presidindo mais agora?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Não, eu só queria saber essa informação.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, agora sou eu.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É porque V. Exa. está obrigando praticamente ela a ouvir.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não é ela que preside quando o requerimento é de Vossa Excelência?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Não, não estou falando isso, não. Ela pode presidir e ela deve presidir.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas é ela quem está presidindo a votação.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Eu estou falando como V. Exa. está sujeitando.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas quem passou foi Vossa Excelência, que passou para ela.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sim, passei. Mas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB – Vossa Excelência passar para outro deputado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O.k., eu vou fazer a formalização desse pedido.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Por favor.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não, agora. Ele está aqui.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu vou formalizar.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É porque ela é mulher que o senhor está fazendo essa obrigação assim?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ele está à disposição.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É agora, é isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - É óbvio que é agora.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Vai fazer isso agora? Também?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não estão deixando a senhora fazer, Dra. Carla?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu vou formalizar o pedido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Falaram para a senhora não fazer, Dra. Carla?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, não. Eu vou formalizar o pedido.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora é a presidente neste momento.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Estou avisando ao senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Quem está falando para a senhora não fazer agora?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, não. Eu estou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Porque a senhora já ia chamá-lo. A senhora chamou.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, não.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora tem que fazer essa pergunta agora.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ela é simples de responder, ele tira de letra.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O senhor pode se acalmar?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ele é o procurador desta Casa.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Vem cá, o senhor precisa gritar com as mulheres agora?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não grito.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Desculpa, pensei que o senhor estava gritando com as mulheres.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, não.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Eu escuto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aliás, V. Exa. às vezes fala muito mais alto do que eu. Esse é o meu jeito de falar.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - É porque eu sou homem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Esse é o meu defeito. Graças a Deus é o único que tem sido apontado aqui.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Deputado Barros, deixe-me dizer, com todo o respeito que eu tenho pelo senhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois não.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Vou pedir, vou formalizar esse pedido, vou passar para a Procuradoria, eles vão me encaminhar, e eu vou te trazer toda essa resposta. Não precisa ficar bravo, não precisa ficar estressado. Eu escuto baixinho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Está bom.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu falar para a senhora.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Em conjunto, claro, com o presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sabe, Dra. Carla.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Sim.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O que a senhora está fazendo é uma aberração. Esta Casa aqui está enxovalhada. Não são as universidades de São Paulo que estão enxovalhadas, não.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O povo de São Paulo tem nojo de comportamento procrastinador como esse de Vossa Excelência. O Dr. Beneton está aqui. Olha ele lá, aquele bonitinho ali de óculos. Olha que bacana. O que a senhora está fazendo chama-se compadrio, compartilhamento, compactuação com coisas erradas.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, não. Pode ficar tranquilo, eu vou encaminhar.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então a senhora.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, Presidente. Será que dá para alguém falar aqui?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Registre a minha indignação e o meu pedido de vista a esse estapafúrdio requerimento.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Tudo bem. Vamos lá, deixa o aparte aqui a Professora Bebel, que está aguardando faz bastante tempo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, eu.

O SR. - (Fala fora do microfone) - Meia hora para falar também.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, eu falei dez minutos. Se eu me excedi, a presidente que errou. Eu cumpro o meu tempo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, eu respeito a prerrogativa do deputado. O deputado tem prerrogativa de falar e se defender.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Agora eu só vou falar baixinho.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, ele não passou o tempo, não. Está aqui marcado.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está no meu tempo, ele fica à vontade.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não, não. Mas ele estava no tempo dele também.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero dizer o seguinte, quando o deputado Barros chama a atenção para este ponto – por isso eu não estou pedindo pedido vista –, na verdade, dizer o seguinte, que de fato as universidades não são empresas, mas produzem ciência, tecnologia. Há outros estudos, deputada Carla, que precisam – e por isso eu insisti naquele ponto anterior. Por que eu insisti naquele ponto? Porque se você pegar, por exemplo – se a senhora pegar, porque é agora na

formalidade –, pegar a produção de doutores, o número de doutores que essas universidades formaram, as pesquisas, as produções acadêmicas, tudo isso tem um valor social muito grande.

Isso não quer dizer que a gente não quer que olhe o que não está certo e que apresente esses números, não é isso. Mas eu também não posso compactuar, deputada Carla, com algo que já de antemão está dizendo, está julgando – que foi o que eu dizia no artigo anterior, do deputado Barros até, por isso que sabiamente ele colocou a condicional “se”; ele saiu do peremptório e foi para o pronome proporcional: “‘se’ se tratarem”. A mesma coisa aqui, aqui não dá para a gente aceitar assim de forma peremptória, deputado, por isso o pedido de vista do deputado Barros Munhoz.

E quero dizer, eu não sou tão jovem assim, mas é a minha primeira legislatura e se eu tiver que aprender com pessoas como o deputado Barros Munhoz, com a deputada Leci Brandão, eu quero aprender com eles também. Deputado Caruso aqui, tem o deputado Paulo Fiorilo, que também tem conhecimento. São formas de aprendizagem também. O que a gente não pode é ficar no desrespeito entre nós, porque é isso o que está havendo nesta Casa, está virando um desrespeito meio que frontal. Dependendo da origem que você vem – no caso, a minha – você é tratada de um jeito.

Eu quero dizer que eu vou fazer valer o meu voto nesta Casa, eu vou representar o interesse da sociedade paulista da qual me elegeu e da forma como eu fui eleita. Sou professora com muita honra da escola pública estadual, presidenta da Apeoesp, e com muita honra vou levar todos esses comigo sem ter vergonha de ser o que eu sou. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pedido de vista cedido. Vamos à discussão do item 16.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, pela ordem.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Opa, desculpa.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu queria fazer um pedido de vista conjunto.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pedido de vista cedido. Podemos partir para o próximo item? Alguém mais? Item 16: requerimento

elemento da CPI n.16 de 2019, de autoria do Sr. Deputado Wellington Moura, que solicita ao 1) representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos regimentais, que sejam indicadas todas as irregularidades constatadas na gestão administrativa e contábil durante os últimos.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Oito anos, alterando.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Alterando para oito anos, e quantos processos se encontram em andamento em sua fase processual nas universidades USP, Unicamp e Unesp para prestar informações nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A presidente é ela. Só uma questão, eu estou em dúvida. Eu olho para um.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Da próxima vez eu vou sentar junto.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Senta lá.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Aí não, bagunça mais.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como sugestão. Aqui de novo cai na questão peremptória. É a forma da redação. Eu acho, assim, nos termos regimentais, quais sejam – “se”, usar o mesmo termo que a forma de redação, porque

Verba Editorial Ltda.

senão fica já dado que tem. Não, nós estamos em uma CPI, nada pode de antemão ser confirmado.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Podemos fazer uma substituição.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Com a palavra.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Substituição.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Só me permite um aparte. Uma palavra tão branda que V. Exa. usa, não tem como não ouvir e atender ao pedido de Vossa Excelência.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sra. Presidente.

(Fala fora do microfone.)

O SR. JORGE CARUSO - MDB - É uma terminologia.

(Fala fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Na verdade, a deputada vai pedir uma mudança para que a gente possa aprovar esse item. O.k.? Podemos prosseguir assim?

(Fala fora do microfone.) - Qual o item?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O 16, para que faça essa mudança.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Pela ordem. Deputada Bebel, parece-me que o questionamento da senhora sobre o requerimento, não seriam as irregularidades constatadas. O Ministério Público também não é auditor das universidades. Parece-me que seria mais correto pedir uma relação de eventuais inquéritos instaurados por conta de irregularidades que chegaram ao conhecimento dele.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora pediu vista, doutora?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu vou então pedir vista, desculpe. Diante disso, eu peço vista.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem então, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Não vai fazer a modificação então?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, porque levantaram mais questões. Então cabe pedido de vista.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pela ordem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu queria fazer um comentário: não existe mais o Ministério Público de Contas ou Tribunal de Contas?

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Tem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então é ele que tem que informar.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Não, mas aqui o questionamento é, parece, eventuais processos criminais com a apuração do Ministério Público Estadual.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Então fortalece mais a sua colocação. Está perfeito.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Eu acho que tem que modificar a terminologia.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aí fica correto. Está perfeito.

(Fala fora do microfone)

O SR. JORGE CARUSO - MDB - É, está certíssimo. Vamos redigir melhor.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Aí fica perfeito, porque senão seria uma ofensa ao Ministério Público de Contas do Estado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Então eu gostaria de pedir, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - Pode.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Gostaria de pedir que fosse feita a alteração em vez da vista, como foi feito nos outros itens.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O senhor sugere, eu acato. É isso.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Não, não. Eu estou pedindo.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Eu pediria vista.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Vai pedir vista também?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A senhora já pediu?

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Já pedi.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Ah, então está bom. Eu não vou pedir conjunta, não.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O.k.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, Sra. Presidente. Desculpa, deputado Barros, eu acho que não ficou claro. Eu pedi para que, assim como foram alterados os outros nesse momento, que a gente possa alterar de forma correta e ser votado também neste momento.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Deputado Wellington Moura, eu posso fazer uma sugestão?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Ouvi a sugestão.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Esse requerimento do Ministério Público do Estado de São Paulo eu acho que é bastante técnico. Eu acho que ele pode ser mais específico, para não gerar dúvidas.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Está bom.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Então me parece mais prudente a gente adiar ele para a próxima reunião e fazer ele corretamente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE - CARLA MORANDO - PSDB - O.k., pedido de vista cedido. Pode retomar os seus trabalhos, deputado Wellington.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Wellington Moura.

* * *

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Obrigado, deputada Carla Morando, pelo excelente trabalho aí à frente. Gostaria de apresentar – antes até apresentar a designação do procurador da Assembleia, que é para assessorar juridicamente a CPI, Dr. Marco Antônio Hatem Beneton, brilhante procurador aqui que com certeza já começou tendo trabalho. Fica marcado aí nas notas taquigráficas quando falaram bem de Vossa Excelência, da elegância. Importante, então deixar registrado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Seja qual for a resposta à minha indagação, eu continuarei falando bem do Dr. Beneton.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Exatamente, deputado Barros Munhoz. E gostaria de apresentar também então a questão da relatoria para quem vai ser o relator e os sub-relatores que nós vamos colocar nesta CPI. O “Orçamento”, que no caso vai ser investigação da renúncia fiscal, eu designo o deputado Jorge Caruso para ficar nessa responsabilidade. Pesquisa.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente, só para esclarecimento. Renúncia fiscal?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Renúncia fiscal em cima do ICMS do valor arrecadado, para que a gente possa levantar quais as empresas que estão hoje apresentando uma renúncia fiscal.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor vai me desculpar, esta CPI não tem escopo algum com relação a isso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Em cima do ICMS. Espera aí.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Paulo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Minha dúvida na linha do deputado Barros Munhoz, o senhor está propondo que tenha uma relatoria para discutir a desoneração de ICMS de quem?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Das universidades.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Mas elas não têm.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Das empresas para as universidades. Um exemplo, a gente sabe que tem várias empresas que deixam de pagar o ICMS.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Mas deixam de forma geral.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Forma geral. Mas afetam as universidades.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Sim. Então seria tecnicamente.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - O que as universidades perderam por conta das desonerações no estado de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Exatamente.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sr. Presidente, eu entendi.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - O que mais às universidades falta, falta recurso.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu entendi, mas é que o senhor está tratando de um tema que é importantíssimo para a Assembleia, que o próprio Tribunal de Contas já levantou, que é a falta de transparência do Governo do Estado quanto às empresas que têm desonerações. Aliás, a LDO aponta agora o valor de, se somado o IPVA com a desoneração de empresas, mais de 20 bilhões.

O que o senhor está propondo é uma coisa importantíssima. Eu só tenho dúvida se é aqui, porque nós temos que fazer a discussão da desoneração de ICMS, desses 17,4 mais 2,7, para saber quem é que está levando o dinheiro, não tenha dúvida disso. A minha dúvida, e eu vou deixar aqui para o senhor porque nós estamos em duas comissões que vão possivelmente tratar desse tema, diz respeito a esse escopo nessa CPI desse jeito. Agora, acho que o senhor tem razão o que significa tirar ICMS que poderia ser passado para as universidades. Eu só tenho dúvida se é aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - No momento em que está atingindo o ICMS nas universidades, deputado, em questão do valor, do valor geral que se é passado a elas, não está atingindo só – claro que nós vamos entrar. Quando nós falarmos com o deputado, como qualquer outro deputado, falarmos de renúncia fiscal, acaba-se tratando sem dúvida não só da renúncia fiscal das universidades, que atinge as universidades, como também daquele ICMS que é repassado para o Estado em outras áreas – que é onde V. Exa. acho que está atingindo –, que nós poderemos tratar sem dúvida na Comissão de Finanças e Orçamento, com o próprio secretário, concordo com Vossa Excelência. Mas vamos tratar em relação ao que é repassado para as universidades.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Deputado Wellington Moura, presidente, é só.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - E acata sugestões, nós estamos aqui para acatar sugestão.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Primeiro, eu agradeço a indicação. Parece-me que vai ser mais uma informação técnica, porque olha.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Então vamos fazer assim, deputado.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. JORGE CARUSO - MDB - A universidade perdeu, não foi compensada. Acho que a limitação nossa é essa.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu vou retirar, e nós vamos entrar na discussão normalmente.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu retiro sem problema nenhum, acho que entra em comum acordo.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Posso só deixar uma sugestão para o senhor?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Claro, deputado.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Sempre no intuito de contribuir?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por favor.

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT - Eu acho que esse debate do orçamento das universidades caberia o que significa a desoneração para aumentar ou não o orçamento. Difícil esse outro tema, porque não é o escopo, mas discutir, por exemplo:

“17,4 bilhões de desoneração, qual é impacto no orçamento das universidades?”. Isso caberia, mas é um cálculo matemático, porque você faz 17 pelo percentual.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu só gostaria, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Só para esclarecimento, tem aqui já um requerimento, a próxima CPI na sexta já é sobre exatamente esse tema, que eu reputo, é um dos mais importantes que nós vamos abordar nesta legislatura, que é o tema das desonerações, sem dúvida alguma. É de autoria do deputado Edmir Chedid, com diversas assinaturas. Só para esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Então eu estou deixando claro que a gente exclui esse item da relatoria, perfeito?

Tem “Pesquisa, custos, viagens e diárias”, apresento.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estava no ponto anterior, acho que uma coisa não afasta a outra, Paulo. Eu quero dialogar com o deputado Paulo e com o deputado Barros Munhoz.

(Fala fora do microfone)

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tudo bem, é um ofício, mas é algo seguinte: como é que eu vou saber. Eu posso falar? Os deputados jovens permitem que eu fale? Porque os mais antigos me respeitam, pelo menos.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, a palavra está com a deputada Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu fui chamada aqui de muita.

(Fala fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Por gentileza, eu pediria aqui que só os deputados falassem. Por gentileza.

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estou voltando para o tema, Paulo, porque veja o seguinte: uma coisa não anula a outra. Qual é problema de tratar, e isso é um tema caro para nós do movimento tanto da educação básica quanto da educação superior, que é a desoneração, a isenção dada às empresas que deixou de ser aplicada nas escolas públicas de educação básica até a superior e pós-graduação.

Tem 26 bilhões, números apurados de um lado e do outro. Isso a gente precisa ver com clareza, com muita clareza. Uma coisa não. Então pode ser o orçamento aqui, depois aprofunda na outra, mas é bom trabalhar isso, para não ficar com um número – como é que eu falo – absoluto quando você pode ter um número relativo.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Permite uma sugestão?

O SR. PAULO LULA FIORILO - PT – Permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Só para concluir. Como nós aprovamos um requerimento aqui, parece-me que é fundamental, que é saber o quanto de fato as universidades receberam. A partir do momento que a gente tiver esses números, a gente vai apurar por que ela recebeu menos ou não. Eu acho que é aí que nós vamos entrar especificamente no tema.

O que o presidente está sugerindo, deputada Bebel, é que não tenha essa questão da relatoria especificamente sobre isso, já que a gente não vai apurar, é só isso. Mas

esse tema será o objeto principalmente na hora que vierem os números decrescentes das universidades. Não é necessário uma relatoria para isso. É apenas isso.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Eu entendi V. Exa. e concordo. Deixando registrado. Como é prerrogativa do presidente, então deixo claro sobre isso. “Pesquisa, custos, viagens e diárias”.

(Fala fora do microfone.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não entrou.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Eu vou responder aos deputados, por gentileza.

“Pesquisas, custos, viagens e diárias”, atuação em investimento, resultados e comprovação de verba investida. Eu coloco como sub-relatora a deputada Carla Morando. “Transparência”, que é a imposição do cumprimento da Lei de transparência de acesso aos dados públicos, que é o que também estamos investigando, é o deputado Professor Kenny. “Governança e gestão de salários acima do teto”, eu coloco como sub-relatora a deputada Valeria Bolsonaro. “Contratos e consórcios”, que é a fiscalização da legalidade, controle de gastos e prestação de serviços realizados, coloco o deputado Daniel.

E, como relator final, eu designo a deputada Valeria Bolsonaro para que possa ser a relatora. Olhando todas as sub-relatorias, inclusive a dela, possa ser então designada como relatora final desta CPI. Algum deputado gostaria de conversar alguma coisa? Então, não havendo mais nada – só registrar a presença da deputada Mônica da Bancada Ativista – está encerrada.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Douglas.

O SR. DOUGLAS GARCIA - PSL - Para uma breve solicitação, Sr. Presidente, para que seja convocado também nesta CPI – vou pedir para que V. Exa.

faça isso, claro, como um favor. Nós temos, além da questão dos salários batendo acima do teto previsto, nós temos alguns professores na Universidade de São Paulo que recebem muito aquém, sendo que ele atinge todos os critérios determinados para poder receber o salário máximo abaixo do teto.

Então, esses professores em questão costumam sofrer até mesmo algum tipo de perseguição política dentro da Universidade de São Paulo. Eu gostaria de citar o professor Ricardo Felício, ele é professor da FFLCH, professor de climatologia. Eu solicito para que V. Exa. também venha convocá-lo para vir a esta CPI e dispor a respeito do que ele vem passando, porque acredito que isso também seja escopo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Gostaria que V. Exa. fizesse um pedido, um requerimento, por gentileza, e apresentasse a esta CPI, que será de suma importância. Deputados, gostaria também, porque eu havia esquecido do plano de trabalho: todos os deputados receberam, por gentileza, o plano de trabalho? Estão todos de acordo com o plano de trabalho? Que é nós seguirmos a ordem aí do plano de trabalho. Os deputados que quiserem, a gente também fornece um aparte.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - A informação que eu tenho é que chegou agora esse relatório.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Chegou hoje pela manhã.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O senhor quer colocar em votação?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Não, não. Isso não é para deliberação, é só para informação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, tudo ótimo.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Em relação ao plano de trabalho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O.k.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito?

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Sr. Presidente, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputada Leci.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - É o seguinte, eu já quero me referir a três questões. Primeiro, eu quero me dirigir a Professora Bebel, porque V. Exa. estava dizendo ainda há pouco que – como era? –, queria aprender com o deputado Barros Munhoz e que comigo também ela poderia aprender. Deputada Bebel, eu quero publicamente aqui dizer para V. Senhoria que nenhum deputado aqui, nenhum dos 93, vai aprender nada comigo, porque a que menos sabe aqui sou – ela sabe disso.

Mas o que eu quero neste momento é pedir desculpas a Vossa Excelência, pedir desculpas ao deputado Barros Munhoz, porque, nesse pouco tempo que eu estou aqui nesta Casa – porque é pouco tempo, de 2011 para cá é muito pouca coisa –, eu nunca assisti uma falta de respeito como eu assisti hoje aqui nesta CPI. Eu acho que nós não podemos dar continuidade à falta de respeito, à falta de, sabe, de civilidade, está acontecendo falta de muita coisa. E quero parabenizar Vossa Excelência, presidente, porque o senhor teve a humildade de aceitar todas as opiniões que surgiram aqui por parte dos deputados, o senhor concordou, mandou mudar, enfim, retificou uma série de coisas, isso chama-se humildade, e humildade é uma coisa que não é demais para nenhuma pessoa.

Agora, eu espero que na próxima reunião não haja aqui gritos, ofensas, porque a campanha já acabou. A gente não pode ficar fazendo dessa CPI palco, sabe. Não dá para fazer palanque aqui, porque, se continuar, eu digo que eu vou me retirar da CPI. Não tenho condições, não tenho sensibilidade para ficar assistindo a essas coisas. Eu sou uma pessoa muito calma, eu sou uma pessoa que tem uma história de muita humildade, mas a minha mãe me deu uma coisa chamada educação. Eu respeito todo mundo, todos

os deputados, todos eles. Agora, não dá. Eu gostaria que esta CPI seguisse em paz, que ela fosse em paz.

O deputado Barros, o que aconteceu com ele aqui hoje eu nunca vi. E a deputada Bebel também foi ofendida, e eu quero pedir desculpas a V. Exas. por isso. E parabenizar a deputada Carla Morando ontem também pela sua posição. Eu peço desculpas a quem eu preciso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Obrigada

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Registrar a presença do deputado Gilmaci Santos. E com certeza, deputada Leci Brandão, eu acredito que tem que haver aqui respeito, aqui ninguém vai ganhar no grito. Acho que nós vamos ganhar aqui em debater, conversar e se alinhar – como o deputado Jorge Caruso apresentou a proposta de até retirar, eu achei pertinente, e foi o que este presidente fez. É assim que eu acho que esta Casa vai andar, não é no grito, não é quem fala mais alto aqui, mas é quem realmente faz o trabalho como parlamentar, como todos nós temos que fazer e se respeitar.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Eu não tenho, por exemplo, conhecimento técnico de muitas coisas que vão ser ditas na CPI, mas sabe por que eu estou aqui? Porque eu quero ver se vai fazer alguma coisa contra estudantes. Meu negócio é defender a garotada, a juventude, entendeu? Eu estou aqui para fazer isso. Só por isso que eu estou aqui.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Parabenizo V. Exa. por essa atitude.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte, que eu já participei de inúmeras CPIs aqui na Casa, inclusive de algumas que deram

resultados altamente positivos – embora eu seja em princípio contra a constituição de CPIs que tendam a se transformar nisso que eu não quero que esta se transforme: em instrumento de projeção pessoal de algumas pessoas, em arma política e outras finalidades que nós todos conhecemos.

E eu me orgulho de ter participado da CPI dos Marajás, que foi uma CPI que propôs 11 medidas que contribuíram, e muito, para eliminar as desigualdades salariais no estado de São Paulo. Para se ter uma ideia, essa CPI, que eu tive a honra de presidir, apontou que um salário de 800 mil reais, com penduricalhos iguais àqueles que o Ministério Público do Estado de São Paulo tem, não são os professores das universidades, não. Eu estou falando aqui do Ministério Público do Estado de São Paulo. Vinte e três penduricalhos para elevar salário de 30 mil a 80 mil, a 90 mil, a 100 mil, a 120 mil, a 200 mil reais. Isso é um assunto – eu vou um dia propor uma CPI aqui. Eu quero contar as 32 assinaturas desta CPI. Eu vou propor, eu vou propor mesmo. Eu vou propor, já tenho uma aqui, graças a Deus.

Mas eu queria dizer o seguinte, que sabe, deputado Caruso, para quanto ia o salário de 800 mil? Para 80 milhões. Fazia-se o cálculo dos benefícios – desculpa tomar um pouquinho de tempo, mas eu acho que é informativo isso – recíproca e sucessivamente. Deputada Valeria pode entender bem o que eu estou falando – recíproca e sucessivamente. Eu falei: “Escuta, mas quando param de fazer o cálculo? Quando vocês cansam?”. Porque não para, esse cálculo é interminável, você vai incidindo recíproca e sucessivamente. Bom, e essa foi a CPI dos Marajás.

Teve uma CPI fantástica que foi a do Banespa – as causas da derrocada do Banespa. O Banespa foi o banco mais fantástico do Brasil – quatro anos sofrendo um massacre da imprensa que “está quebrando, está quebrando, está quebrando”, e cresciam os depósitos. Isso é um fato inusitado na história bancária do mundo. O Banespa sofreu o que sofreu por causa dos governos, não por causa dos funcionários e por causa da competência dos seus dirigentes.

Mas enfim, eu quero dizer que eu vim para esta – aliás, eu lamentavelmente tenho um defeito, ontem eu comentei com a deputada Janaina, porque nós estamos trocando informações para ver quem ajuda o outro para não se exaltar. Eu tenho realmente esse defeito de me exaltar, mas todo mundo que me conhece me perdoa – a deputada Leci é uma delas, os deputados que convivem comigo também –, tanto assim que me elegeram duas vezes presidente desta Assembleia. Eu acho que isso não aconteceu porque eu grito e nem porque eu não grito, acho que isso aconteceu.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Eu posso falar o seu apelido aqui?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pode.

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Berros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pois é, eu tenho que fazer jus a ele. Como é que eu vou ficar sem fazer jus ao meu apelido? Mas eu quero dizer que, acima de tudo, e todo respeito que eu tenho por todo mundo, eu tenho uma grande preocupação – e desculpa, presidente, por estar usando o tempo desta Comissão para fazer isso, eu vou fazer no plenário também. Eu estou muito animado e muito contente com esta legislatura. Muita gente vai falar “Mas por quê? Está uma bagunça”. Eu estou vendo vontade de trabalhar, estou vendo espírito público e estou vendo uma coisa maravilhosa que estava faltando no Brasil: jovem se interessar pela política.

Eu acho que isso é fantástico e maravilhoso. Então eu quero dar a minha colaboração no sentido de não se desviar, porque tem muita coisa errada nas universidades, mas não podemos descambar como algumas CPIs que se fizeram aqui e tentaram descambar. Felizmente não atingiram o seu intento. Então, presidente, com todo o respeito, eu quero parabenizá-lo pela escolha dos relatores e quero desejar a todos eles bastante sucesso, e desejar à nossa Comissão que, excetuando os percalços, caminhe para atingir os seus objetivos – que podem ser elevados ou podem ser..., mas eu tenho certeza que sob o seu comando não será.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado Barros Munhoz. E parabênzo a deputada Valeria Bolsonaro, tem trabalho pela frente. Com certeza V. Exa. é competente. É professora, terá capacidade de ajudar os professores e alunos a melhorar a questão das universidades.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Quero deixar meu agradecimento pela confiança. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - WELLINGTON MOURA - PRB - Estão encerrados os trabalhos, não havendo mais nada a tratar.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *